

RELOCALIZAÇÃO ECONÔMICA E ECOPOÉTICA: definições, dimensões e proposição de ação artista.

Adilson Siqueira¹
Ana Carolina Monteiro²

RESUMO: O presente artigo trata da relocalização econômica e traz uma proposta de sua articulação com as artes através dos conceitos de ativismo e eco-poética e tem como temas como objetivos: (i) sumarizar as principais definições do conceito; (ii) apresentar as dimensões de análise do conceito, seis delas operacionalizadas na referida dissertação de mestrado e uma sétima fruto de trabalhos recentes e (iv) apresentar os princípios da conexão entre relocalização econômica e ação eco-poética artista, que vem sendo investigado no âmbito do Laboratório de Eco-poéticas do curso de pós-graduação interdisciplinar em artes, urbanidades e sustentabilidade da UFSJ.

Palavras-chave: globalização; relocalização econômica; ativismo; eco-poética.

ABSTRACT: This paper deals with economic relocation and proposes its articulation with the arts through the concepts of activism and eco-poetics and has as its objectives: (i) to summarize the main definitions of the concept; (ii) to present the analysis dimensions of the concept, six of them operationalized in the aforementioned master's thesis and a seventh fruit of recent works; and (iv) to present the principles of the connection between economic relocation and eco-poetic action, which has been investigated under Eco-poethics Laboratory of the interdisciplinary postgraduate course in arts, urbanities and sustainability of UFSJ.

KEY-WORDS: neoliberal globalization; economic localization; activism; eco-poetic.

INTRODUÇÃO

Economias locais empobrecidas e dependentes de fluxos externos de investimento, bens e serviços que não espelham as diversidades culturais, artísticas e biológicas dos territórios, especializações da produção sem os fundamentos da eficiência e eficácia, um processo de globalização neoliberal que coloniza as mais diversas dimensões da vida, como o vestir e as artes por exemplo. A compreensão e análise deste cenário por geógrafos, economistas e ambientalistas progressistas, durante a década de 1990, culminou na criação do conceito *economic localization* ou *economic relocation*, em português, relocalização econômica³ ao mesmo tempo que comprometeu artistas⁴ com a questão do

¹Doutor em Pedagogia do Movimento pela Universidade Estadual de Campinas. É artista-pesquisador, professor e coordenador do Programa de Pós-graduação em Artes, Urbanidades e Sustentabilidades e professor do Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas. Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: negrados@ufsj.edu.br

²Mestre em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professora substituta. Departamento de Geografia. Área Geografia Econômica. Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: anacrmonteiro@ufsj.edu.br

³ Embora na língua inglesa o conceito seja mais conhecido por *economic localization*, na tradução para o português optamos por “relocalização econômica” a fim de não confundir com questões de localização

desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade introduzindo no meio artístico a questão *glocal* nas artes. Trata-se de uma resposta aos crescentes níveis de insustentabilidade econômico-financeira, social, ambiental e energética provenientes da globalização neoliberal, e que vê na escala da economia local um ponto chave para a construção da sustentabilidade. No início do século XXI, a realocação econômica e ações artísticas vinculadas à sustentabilidade embasam o surgimento de organizações e movimentos que advogam a importância de se produzir, comercializar e consumir localmente em detrimento aos bens e serviços provenientes das corporações transnacionais e suas redes globalizadas ao mesmo tempo que ampliam-se as entidades de direito público e privado que passam a dedicar-se /à questão desde uma perspectiva artística comprometida com a sustentabilidade. Este fenômeno, de maior evidência nos Estados Unidos e na Inglaterra, e presente tanto no meio urbano quanto no rural, é expresso em denominações tais como: *buy local; going local; think local first; e protect the local globally*.

No meio acadêmico o conceito ainda recebe pouca análise, embora já apareça nos trabalhos do renomado Serge Latouche. Já no campo da pesquisa e intervenção do terceiro setor americano e britânico, a realocação econômica já é um processo em desenvolvimento e foco de estudos empíricos. Em âmbito global, o movimento global das “Transitions Towns”, “Cidades em Transição”, se destaca por ter a realocação econômica como seu pilar de intervenção. Baseado em uma análise detalhada dos principais autores e documentos de instituições que trabalham com o conceito, nosso objetivo é: (i) sumarizar as principais definições do conceito; (ii) apresentar as dimensões de análise do conceito, seis delas operacionalizadas na referida dissertação de mestrado e uma sétima fruto de trabalhos recentes e (iii) apresentar os princípios da conexão entre realocação econômica e ação ecopoética artista, que vem sendo investigado no âmbito do Laboratório de Ecopoéticas do curso de pós-graduação interdisciplinar em artes, urbanidades e sustentabilidade da UFSJ.

geográfica e reforçar o fato de que as economias locais já foram mais dinâmicas e diversas, justificando um processo de (re)localização da mesma. Em alguns momentos utilizaremos apenas o termo “relocalização”.

⁴ Cf. SIQUEIRA, 2010

RELOCALIZAÇÃO ECONÔMICA: DEFINIÇÕES

O reconhecimento das consequências nefastas da globalização neoliberal tem crescido, porém, a relocalização econômica como parte do grupo das soluções ainda é pouco discutida, seja por desconhecimento ou por compreensões estereotipadas do conceito. Apresentaremos as principais definições do conceito e discussão dos autores selecionados da literatura específica. Existe uma diversidade na ênfase dada a certos aspectos da relocalização econômica, mas todos apresentam uma convergência a respeito da ideia central do conceito. Segundo SHUMAN⁵ (2006) testemunhamos uma luta histórica entre duas diferentes visões de capitalismo. A primeira é sumarizada pelo autor na sigla TINA, inspirado pela declaração de Margaret Thatcher, *There Is No Alternative*:

Em todo o mundo, agentes de desenvolvimento ortodoxos adotaram a lógica ‘*there is no alternative*’ – ou TINA – na forma de dois imperativos: traga a Toyota para o seu quintal e exporte seus bens econômicos para mercados os mais longínquos e variados possíveis. Esta lógica é tão amplamente aceita por políticos e economistas que questioná-la é equivalente a uma heresia (Shuman, 2006, p. 8, tradução própria).

Com o exponencial aumento da mobilidade das multinacionais nas últimas décadas em sua incessante busca pela diminuição dos custos e maximização dos lucros, as localidades baseadas na visão TINA, viveram e ainda vivem, um terrível dilema: “diminuir o custo de sua mão de obra, afrouxar as normas ambientais, oferecer incentivos fiscais para atrair e reter empresas, ou tornar-se uma cidade fantasma” (SHUMAN, 2006, p. 9, tradução própria). A segunda visão de capitalismo é expressa por *Local Ownership and Import Substitution* – LOIS (posse local e substituição de importações):

A posse local refere-se ao controle administrativo dos empreendimentos residindo numa comunidade geograficamente delimitada. E a substituição de importações remete ao fato que sempre que possível, em termos de custos e recursos, as comunidades devem priorizar a produção local de bens e serviços. Juntos, estes dois princípios sugerem (...) as virtudes de uma economia que aproveita ao máximo o capital humano, o capital financeiro e o mercado de uma localidade (SHUMAN, 2006, p. 8, tradução própria).

⁵ Michael Shuman é economista, advogado, empresário, diretor de pesquisa da *Cutting Edge Capital*, associado do PCI - *Post Carbon Institute*, co-fundador e diretor de pesquisa e desenvolvimento econômico da BALLE - *Business Alliance for Local Living Economies*, e autor de vários livros sobre a relocalização econômica.

A fim de representar os diferentes tipos de empreendimentos baseados na visão LOIS SHUMAN(2006) cria os termos “*Small-Mart*” e “*Community Cooperation*”. Neste estudo, utilizaremos sempre o termo *empreendimento de posse local* (EPL) em referência aos empreendimentos baseados na realocação econômica. Na dimensão “posse” do conceito veremos em detalhes as características que definem um EPL, mas é importante adiantar que esta categoria engloba pequenas e médias empresas, cooperativas de produção ou de consumo, empresas mistas, instituições públicas, organizações sem fins lucrativos, trabalhadores autônomos, e novas estruturas como os empreendimentos sociais, que a partir da posse, estejam ancorados em determinada comunidade. SHUMAN (2006) chama atenção para o fato de a economia local pretendida pela realocação ser fortemente marcada pelo caráter de uma economia “mista”, ou seja, que supera a distinção estrita entre economia capitalista ou socialista e agregue, sem eliminar ou desvalorizar, a posse privada e a urgência pela posse comunitária. A realocação desafia a visão hegemônica de que *bigger is better*, buscando uma economia de base humana e comunitária (*humanly scaled e community-based*), na qual o uso dos recursos locais deve ser maximizado na produção de bens e serviços para atender, primeiramente, os mercados locais (SHUMAN, 1998). Para o autor, a realocação não significa isolar-se do resto do mundo. Sua definição do conceito é:

Significa nutrir *empreendimentos de posse local* que utilizam recursos locais de forma sustentável, empregam trabalhadores locais com salários dignos e, sobretudo, servem os consumidores locais. Significa elevar os níveis de autonomia e diminuir os de dependência das importações. O controle se moveria dos conselhos de administração de corporações distantes para a comunidade onde ele pertence (SHUMAN, 1998, p. 6, tradução própria).

A forma pela a qual comunidades podem assegurar seu bem estar é parar de buscar empresas multinacionais sem lealdade com as localidades e começar a investir em EPL, reforça o autor. “*A prosperidade começa quando a posse, a produção e o consumo passam a estar intimamente ligados às localidades*” (SHUMAN, 1998, p. 7, tradução própria). A essência da realocação, para SHUMAN (1998), estaria na descentralização das atividades econômicas e na diversificação das economias locais, colocando-as nas mãos de milhões de pequenas e médias empresas ao invés de concentrá-las num número cada vez

menor corporações altamente subsidiadas por governos neoliberais e motivadas pela lógica da “monocultura” e exportação de *commodities*. O principal aspecto, portanto, enfatizado pelo autor é a questão da posse local dos empreendimentos.

Para HINES⁶ (2000), a realocização econômica é um processo que visa reverter o comércio global ao favorecer bens e serviços locais em detrimento dos provenientes de corporações transnacionais (HINES, 2000). Segundo o autor, o objetivo central é permitir que comunidades, regiões e nações – nessa ordem, do menor para o maior – recuperem o controle sobre suas economias, ao passo que “tudo o que puder ser produzido no local deve sê-lo. Quando não houver condições locais, o regional tem prioridade, depois o nacional e, em última instância, o internacional” (HINES, 2000, p. 30, tradução própria). O autor nos fala de um novo internacionalismo, no qual o fluxo internacional de ideias, tecnologia, informação, cultura, capital e mesmo mercadorias beneficiaria a economia local e envolveria as comunidades nos processos de decisão. A ênfase estaria na cooperação pelo melhor e não na competição pelo mais barato. Para o autor, as políticas públicas têm um papel fundamental na concretização de qualquer projeto de realocização econômica.

NORBERG-HODGE⁷ (2001) afirma que, embora certos distúrbios acompanhem essa mudança na arquitetura da economia global, eles serão muito menores do que os causados pela contínua corrida pela globalização neoliberal. Para a autora, a transição para a realocização econômica significa alcançar um equilíbrio entre o comércio global e produção local e uma ruptura com a ideologia de que livre comércio sempre é benéfico. Os subsídios governamentais dados às gigantescas corporações e a exploração do trabalho e recursos mascara o custo real, inundando os mercados nacionais e locais com bens e serviços de preços “irreais”. A construção da sustentabilidade passaria pelo questionamento de tais subsídios e estímulo da diversificação da produção local para o fomento de uma economia local diversa e diminuição da dependência externa (NORBERG-HODGE *et al.*, 2002). Em consequência, tal processo visa diminuir em número e grau

⁶ Colin Hines trabalha com questões ligadas ao movimento ambientalista há mais de 30 anos, é associado do IFG – *International Forum on Globalisation*, ex-chefe da Unidade Internacional de Economia do *Greenpeace* e autor de livros sobre a realocização, com ênfase em políticas públicas.

⁷ Helena Norberg-Hodge é pioneira em projetos de realocização econômica, analisando os impactos da economia global em culturas, economias locais e modelos de agricultura. É produtora e co-diretora do documentário *The Economics of Happiness* e fundadora/diretora da *Local Futures*, antigo ISEC - *The International Society for Ecology and Culture*. Lançou recentemente a *The International Alliance for Localization (IAL)*. É linguista, com doutorado pela Universidade de Londres e pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts nos Estados Unidos com Noam Chomsky.

situações paradoxais de importação e exportação dos mesmos produtos por um país, e da perda de competitividade dos produtos locais. Como nos mostra a pesquisa desenvolvida pelo ISEC, *The International Society for Ecology and Culture*, hoje transformada na instituição *Local Futures*:

A Califórnia exporta couve-de-bruxelas para o Canadá ao mesmo tempo em que importa couve-de-bruxelas da Bélgica. Nova York exporta nozes para a Itália e importa exatamente o mesmo produto do mesmo país – neste processo os navios efetivamente se cruzam no Atlântico. (...) Estes exemplos não são anomalias, mas parte de uma tendência crescente: alimentos tratados como mercadoria especulativa em uma época marcada cada vez mais pelo livre comércio, sendo transportados de lá para cá em todo o mundo não para satisfazer as necessidades alimentares das pessoas, mas para aumentar os lucros das corporações do agronegócio. Nos 10 anos desde a implementação do NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), o transporte de alimentos entre EUA e México dobrou em ambas as direções (ISEC, 2004, tradução própria).

Sobre a perda induzida de competitividade dos produtos locais, encontramos mais exemplos em NORBERG-HODGE (2001, p. 242, tradução própria).

Na Mongólia, um país que tem sobrevivido com produtos lácteos locais por milhares de anos e que tem hoje 25 milhões de animais produtores de leite, a principal manteiga que se encontra nas lojas é alemã. No Quênia, a manteiga da Holanda é a metade do preço da manteiga local; na Inglaterra, a manteiga da Nova Zelândia custa muito menos do que a local e os produtos lácteos na Espanha são principalmente dinamarqueses. Nesta situação absurda, indivíduos, comunidades e países estão perdendo o controle sobre suas economias local e nacional, e tornando-se dependentes em suas necessidades básicas e diárias de produtos que, muitas vezes, são transportados por milhares de quilômetros desnecessariamente.

ROB HOPKINS⁸ (2010) chama atenção para o fato de já encontrarmos argumentos para o favorecimento da economia local nas palavras do economista John Maynard Keynes, em 1933:

Eu simpatizo, portanto, com aqueles que minimizem, em vez de aqueles que maximizem, o entrelaçamento econômico entre as nações. Ideias, conhecimento, arte, hospitalidade e viagens - estas são as coisas que devem ter natureza internacional. Mas vamos deixar bens serem produzidos “em casa” sempre que for razoável e convenientemente possível, e acima de

⁸ Rob Hopkins é cofundador do movimento das “Cidades em Transição” (*Transition Network*), associado das instituições *Post Carbon Institute* e *Ashoka*, professor convidado da Universidade de Plymouth, Inglaterra, com mestrado em *Social Research* e doutorado em Geografia pela mesma universidade.

tudo, vamos fazer com que o financiamento seja essencialmente local (KEYNES, *apud* HOPKINS, 2010, p. 77, tradução própria).

Nas palavras de HOPKINS (2008),

Nós precisamos construir a capacidade de produzir localmente o que é possível produzir localmente. É muito fácil atacar tal ideia argumentando que algumas coisas, como computadores e frigideiras, não podem ser produzidas localmente. No entanto, há uma imensidão de produtos que podem sim, ser produzidos localmente: uma grande variedade de vegetais e frutas sazonais, peixe fresco, madeira, cogumelos, tintas e corantes, muitos medicamentos, móveis, cerâmica, pão, vidro, laticínios, lã e couro, papel, materiais de construção, perfumes e flores – isso para nomear alguns deles. Nós não estamos buscando criar uma economia de “nada entra, nada sai”, mas, ao contrário, aproximar relações econômicas quando possível e produzir localmente o que podermos (HOPKINS, 2008, p. 68).

Logo, “a realocização não se trata de isolar comunidades de outras culturas, mas de criar uma nova base, sustentável e equitativa, na qual elas possam interagir” (NORBERG-HODGE e MAYO *apud* DOUTHWAITE, 1996, p. ix, tradução própria). NORTH⁹ (2010), nos diz que a realocização econômica “é uma argumentação contra a falácia de que as conexões econômicas externas são sempre boas e inevitáveis. Essas conexões devem ser conscientemente instituídas, controladas e quebradas quando nocivas à economia local” (NORTH, 2010, p. 7, tradução própria, grifo nosso). O autor enfatiza que os protagonistas da realocização estão desenvolvendo novas e progressistas conceituações de economia, indo contra a lógica das estratégias capitalistas baseadas no crescimento econômico como um fim em si.

Ademais, o autor ressalta, que existe outro processo de realocização econômica passível de se desenvolver nas próximas décadas, um processo de carácter “fraco”. Ao introduzir a questão, o autor faz uso do conceito de *compressão espaço-tempo* de David Harvey acerca da sociedade e economia global, argumentando que a atual necessidade em diminuir o uso de combustíveis fósseis devido à mudança climática e ao pico do petróleo, tem direcionado a uma *re-extensão espaço-tempo*, em que o transporte, por exemplo, se torna novamente significante em termos de custos. As atuais mercadorias muito baratas produzidas pelas redes globalizadas vão se tornar e permanecer cada vez mais caras, em um processo que alguns analistas econômicos denominam *reverse globalisation*; uma

⁹ Peter North é professor no departamento de Geografia da Universidade de Liverpool (Inglaterra), responsável por trabalhos acadêmicos sobre a realocização econômica, com ênfase no papel das moedas locais.

inversão hierárquica dos fluxos de mercadorias, desfavorecendo a produção e comercialização através das redes altamente globalizadas. Tal realocização de caráter “fraco” não deve ser confundida com a proposta contra hegemônica defendida pelos autores selecionados neste estudo.

É uma decisão de negócios, impulsionada pelo custo, não por políticas públicas ou pela necessidade de reduzir as emissões de carbono. (...) Não há nada de radical ou progressivo sobre isso. A arquitetura da produção global pode estar mudando, com a realocização sendo apenas uma evolução da economia globalizada. (...) Sua lógica é neoliberal, mas com um diferente cálculo de custos e benefícios, e um diferente nível de abertura comercial, levando a uma diferente geografia da produção. [Esta vertente configura-se por] *business as usual*, mesma exploração, porém *carbon free* e com redes de distribuição menores (NORTH, 2010, p. 11, tradução própria).

As definições apresentadas sumarizam a tese da realocização econômica e fundamentam as atividades de pesquisa, ensino e intervenção das instituições do terceiro setor anteriormente mencionadas.

DIMENSÕES DE ANÁLISE DA RELOCALIZAÇÃO ECONÔMICA

A realocização econômica é um conceito de debate ainda muito recente no universo acadêmico. A partir da análise da literatura foi identificada uma lacuna de operacionalização do conceito e diante disso, foi feita, em 2012, uma operacionalização do mesmo em seis dimensões analíticas: (i) conceitual; (ii) espacialização; (iii) posse; (iv) consumo; (v) financeira e (vi) políticas públicas¹⁰. Recentemente, a partir de trabalhos no grupo GTRANS - Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Artes, Culturas e Sustentabilidade, sentimos a necessidade da dimensão (vii) ação artista. Nosso objetivo com tal operacionalização é contribuir para uma compreensão alargada e sistêmica do conceito e servir como um fio condutor em estudos teóricos, empíricos e ações artistas. Apresentamos a seguir as referidas dimensões.

¹⁰ As dimensões (i) conceitual; (ii) espacialização; (iii) posse; (iv) consumo; (v) financeira e (vi) políticas públicas foram operacionalizadas na já mencionada dissertação de mestrado e a seleção dos autores para a operacionalização do conceito obedeceu os seguintes critérios: publicação entre 1995 e 2012 na língua inglesa; uso dos termos *economic localization*, *localization* ou *economic relocation*; uso de argumentos e dados econômicos; uso de dados primários de instituições de pesquisa renomadas quando em publicações não acadêmicas. Os autores selecionados conforme tais critérios foram: Hines, 2000; Norberg-Hodge, 2001; 2002; North, 2010; Shuman, 1998; 2006; 2010; Hopkins, 2008; 2010.

DIMENSÃO CONCEITUAL

Os pilares de sustentação do conceito de realocização são definidos neste estudo a partir da tríade: empreendedorismo, incrustação econômica e resiliência comunitária. Iremos discorrer sobre estes três conceitos e explicitar sua importância na configuração de uma base teórica para a realocização econômica. De acordo com vários autores (Norberg-Hodge, 2002; Hines, 2010; Shuman, 1998), a reconfiguração, diversificação e fortalecimento de economias locais a partir da realocização pressupõe um processo de empowerment pela dinâmica empreendedora, tendo em vista que o objetivo é resgatar o poder de controle e decisão sobre a vida econômica pela via empreendedora. Segundo Portela et al. (2008), o empreendedorismo é um conceito complexo e plural, o que também se reflete na multiplicidade de perfis do sujeito empreendedor. Diante da real pluralidade do conceito e das inúmeras questões que o mesmo suscita, pode-se destacar, no entanto, duas vertentes dicotômicas essenciais: a da estrutura e a do indivíduo. A primeira percebe o empreendedorismo mais condicionado ao meio, às possibilidades e às restrições que diferentes comunidades oferecem. A segunda vê o empreendedor como o sujeito protagonista da mudança independentemente de suas relações sociais. Uma superação desta dicotomia se pauta numa dialética entre as duas vertentes:

Nem as pressões e restrições são totalmente insuperáveis – antes contêm interstícios onde pode brotar a mediação, a oposição, a cooperação – nem os atores possuem um poder ilimitado e independente das condicionantes reais e das suas próprias capacidades e perspectivas acerca delas (Portela et al., 2008, p. 39).

A denominação do microempreendedorismo, no entanto, não possui correlação com o perfil ou menor qualificação do sujeito empreendedor, mas sim, com a escala da unidade econômica, sendo definições operacionais de caráter institucional de cada país. A Europa tem reforçado a relevância das novas e pequenas unidades econômicas. Cerca de 23 milhões das pequenas e médias empresas são responsáveis por 2/3 dos postos de trabalho no setor privado, correspondendo a 75 milhões de empregos (EC, 2006 apud Portela et al., 2008). Como concluem Portela et al. (2008, p. 21), “sempre é certo que small is beautiful. Afinal, as pequenas unidades são fonte de emprego, fermento de inovação e motor do

dinamismo empresarial”. No contexto do empreendedorismo, o papel do trabalho vai para além da mera venda de mão de obra, constituindo um processo de emancipação e realização humana. Baseados nisso, Portela et al. (2008) enfatizam que a via empreendedora pode responder a diversos desafios como o da crise do sistema de trabalho assalariado, do desemprego maciço, da exclusão social, e da necessidade de novas modalidades de associativismo num período marcado pela globalização neoliberal. “A saída empreendedorista representa uma valorização simultânea das vantagens de cooperação em torno dos objetivos de melhoria das condições de vida e da eficiência econômica para um uso mais adequado e flexível dos recursos, incluindo o trabalho” (Portela et al., 2008, p. 37). Segundo os autores da realocação econômica, o espírito empreendedor e criativo é o alicerce que possibilita seu desenvolvimento concreto:

Os indivíduos são o motor que permitem uma economia local saudável se desenvolver e crescer. São os indivíduos, trabalhando de forma independente e coletiva, que formam o tecido da vida de uma comunidade. São as habilidades, as capacidades e as experiências desses indivíduos que podem ser utilizadas para desenvolver uma economia local dinâmica e realocada (Kretzman e McKnight, 1996 apud Hines, 2000, p. 31, tradução própria).

Nesta lógica, a tese da realocação também nos obrigou a reinvocar alguns aspectos do pensamento de Karl Polanyi. A sua compreensão do trabalho, da natureza e, mais especificamente, da economia estão em consonância com o papel das atividades econômicas na realocação econômica. Identificamos no conceito de incrustação o segundo pilar deste processo, visto que a realocação reconhece a “colonização” da economia sobre as demais esferas da vida a partir do atual modelo de globalização neoliberal, objetivando uma relação mais harmônica e não hierárquica entre todas essas esferas: econômica, social, cultural e ambiental.

Polanyi advoga que as atividades econômicas devem estar incrustadas nas dimensões culturais e sociais e não o contrário. E agregamos aqui a dimensão artística. Logo, é esperado que se torne cada vez mais difícil identificar o “processo econômico debaixo de condições onde está incrustado em instituições não-econômicas”. Para o autor o problema reside quando, “ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (Polanyi apud Lisboa, 2000, p. 2-4). A dimensão sociocultural se torna dialeticamente produto e refém da dimensão econômica, limitando sua diversidade e evolução. Não há uma troca entre as

dimensões econômicas, sociais, culturais, artísticas e ambientais, mas uma imposição da econômica sobre as outras. Os teóricos da realocização econômica e os artistas comprometidos com o vínculo entre artes e sustentabilidade reconhecem a economia de mercado global neoliberal enquanto desincrustada das dimensões socioculturais e ambientais sendo, portanto, necessário um movimento de incrustação da mesma através de aspectos centrais como a posse local dos empreendimentos econômicos, a produção *glocal* de obras artísticas comprometidos com o lugar, a proximidade espacial e maior relação entre os bens produzidos e a especificidade dos ecossistemas.

A resiliência comunitária foi identificada como o terceiro pilar teórico, uma vez que a realocização só se efetiva num processo de aumento dos níveis de resiliência das comunidades. De acordo com Walker e Salt (2006), resiliência é a capacidade de um ecossistema em tolerar perturbações sem entrar em colapso e poder manter um nível aceitável de funcionamento, capacidade esta que é controlada por um conjunto diferente de processos. A resiliência em sistemas sociais tem a característica adicional dos seres humanos poderem antecipar e planejar o futuro. Num sistema socioecológico resiliente as seguintes características podem ser encontradas: (i) rápido feedback: o sistema tem conhecimento sobre o que acontece internamente e assim pode responder rapidamente aos eventos; (ii) diversidade: está presente e recebe suporte em todas as áreas: ecológica, social, cultural e econômica; (iii) mudança: concebida como parte intrínseca dos processos e, portanto, não é evitada; (iv) capital social: a resiliência deve promover confiança, redes sociais bem desenvolvidas e adaptabilidade, sendo muito próxima da capacidade de pessoas trabalharem juntas e resolverem problemas; (v) inovação: um sistema socioecológico resiliente, ao acolher a mudança, dá ênfase à experimentação, aprendizagem e inovação.

Rob Hopkins é pioneiro no estudo sobre a relação entre os conceitos de resiliência e de realocização econômica, explorando o conceito de resiliência comunitária, o qual considera produto de um processo intencional de realocização. A resiliência comunitária diz respeito à capacidade das comunidades em resistir, assimilar e/ou dinamizar os impactos oriundos das crises ambiental, energética e econômica contemporâneas. Ao passo que se diminui a dependência dos sistemas excessivamente globalizados, instáveis, insustentáveis e injustos de alimentação, energia, transporte, saúde, habitação etc., constroem-se competências e habilidades, e criam-se sinergias que possibilitam às

comunidades responderem de forma mais rápida, eficaz e sustentável aos choques e crises externas (Hopkins, 2010).

ESPACIALIZAÇÃO

Uma das premissas centrais da realocação econômica é que tudo o que puder ser produzido no local deve sê-lo. Neste sentido, qual é a escala local? Como definir seus limites e fronteiras? Como caracterizar bens e serviços enquanto locais? A literatura sobre a realocação aponta para um consenso em torno da elasticidade das fronteiras do local (Hines, 2000; Shuman, 2006; Hopkins, 2011), mas traz poucas orientações para a caracterização de um bem ou serviço enquanto local. Martinez et al. (2010), enfatizam que embora o termo local tenha uma conotação geográfica, não existe uma definição clara em termos de distância entre a produção e o consumo para o produto ser considerado local, variando muito entre regiões, empresas e consumidores. A fim de sistematizar esta questão identificamos apontamentos que nos orientaram para a identificação de quatro dimensões do local: sociológica; ecológica; da produção; e da comercialização.

Na dimensão sociológica temos a percepção subjetiva de cada indivíduo sobre os limites do local. Hopkins (2010) desenvolveu em sua tese de doutorado uma pesquisa sobre este aspecto com os moradores da cidade de Totnes, Inglaterra. Foi-lhes perguntado qual seria a distância limite na produção de carnes e cultivo de vegetais para que fossem considerados produtos locais. Para 60% dos entrevistados, “local” significava uma distância entre 10 e 30 milhas (16 e 48 km) e para os 40% restantes, a distância máxima seria de apenas 10 milhas (16 km). O local aqui sofreria alterações de acordo com as dimensões territoriais de cada localidade e segundo as identificações sociais e culturais específicas de cada morador, nos levando ao conceito de lugar, de igual complexidade e debate acerca de suas fronteiras.

O lugar é considerado na corrente de pensamento da Geografia humanística o produto da experiência humana e, dialeticamente, a base para a experiência e reprodução da vida. Yi-Fu Tuan (1980) declara o lugar enquanto o centro de significados construídos pela experiência, mas a partir de intencionalidade, visto que o lugar “é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos” (p. 110). Neste processo, o lugar é o produto de uma dinâmica única. Ao absorver e interagir com o externo, com o que vem de fora, com o

global, o lugar o faz de forma particular, ou seja, sem perder sua identidade cultural (Leite, 1998). Sendo o lugar carregado de significados e laços afetivos em relação ao seu ambiente, a denominação dos produtos locais a partir desta perspectiva irá depender da construção subjetiva e individual do que venha a ser a escala territorial na qual o indivíduo declara uma identificação e uma pertença. Tal como coloca Feagan (2007), debates sobre o local e o lugar têm ganhado destaque, em virtude de sentimentos de perda de identidade e autenticidade frente às crescentes forças homogeneizantes da globalização neoliberal. Os produtos “locais” representam, neste sentido, uma resistência a tais forças e uma materialização do lugar.

A variável ecológica diz respeito à biodiversidade dos ecossistemas em que cada localidade se insere, direcionando para uma definição dos produtos locais segundo as especificidades de cada ecossistema. Para Norberg-Hodge (2001), tem-se tornando essencial apoiar sistemas de conhecimento e modelos econômicos baseados em uma compreensão íntima da diversidade dos ecossistemas e seus climas, solos e recursos únicos. Tal perspectiva é representada pelo uso dos conceitos *food-shed*¹¹, *terroir* e *labels of origin*¹² na literatura sobre *local food systems*, sistemas agro-alimentares locais, delineando a procura por autenticidade, qualidade e valorização de tradições rurais na agricultura (Feagan, 2007).

A terceira dimensão identificada foi a da produção. Diferentes bens e serviços são melhor produzidos e oferecidos em diferentes escalas territoriais de acordo com os recursos humanos e naturais disponíveis. A realocação econômica não tem por objetivo que cada município produza suas próprias panelas ou computadores, no entanto, visa superar paradoxos como os apresentados anteriormente em que países importam e exportam os mesmos produtos ou nos quais os nacionais são mais caros dos que os similares importados, embora abundantes e tradicionais na região (Hopkins, 2011). Na

¹¹ Em alusão à *watershed*, bacia hidrográfica, *food-shed* é um espaço sócio-geográfico híbrido entre o social e o natural, nos quais a agricultura, enquanto atividade humana, está incrustada no tegumento natural de um ecossistema particular. Este conceito reconstrói a geografia dos sistemas agro-alimentares advogando que decisões sociais e políticas acerca da agricultura sejam orientadas a partir da delimitação de ecossistemas específicos (Feagan, 2007).

¹² *Terroir* é um termo tradicional francês que remete a uma área ou terreno específico, normalmente pequeno, no qual o solo e o microclima conferem qualidades distintas aos produtos alimentícios (Feagan, 2007). Segundo o autor, a conexão de alimentos a lugares via *terroir* é representada por manifestações contemporâneas relacionadas com '*labels of origin*' como o PDO, *Protected Designation of Origin*. PDO abrange produtos agrícolas e gêneros alimentícios que são produzidos, processados e preparados em uma área geográfica delimitada e com reconhecido *know-how*.

busca por melhor definir os produtos locais no setor agrícola, o congresso americano, a partir do “*the Food, Conservation, and Energy Act*” (2008), considera local ou regional produtos agrícolas cultivados a uma distância máxima de 400 milhas (640 km) de sua origem ou dentro do próprio estado federal (Martinez et al., 2010). No Reino Unido, segundo as normas da FARMA (*National Farmers’ Retail and Markets Association*), produtos agropecuários para que possam ser vendidos em local food markets devem ter um *foodmiles* de no máximo 160 km do respectivo mercado (NEF, 2005).

McLennan (2012), num artigo publicado pela Yes Magazine, considera que num futuro próximo, tudo que for “pesado” será intensivamente produzido na escala local e regional, enquanto que, da mesma forma, tudo que for “leve” como ideias, informações e tecnologias, viajarão por distâncias ainda maiores. A realocação econômica e tal redesign da economia global será regida pela lógica Heavy Near - Light Far. O mundo se tornará simultaneamente maior e menor dependendo do campo de atividade humana. A comercialização é a quarta perspectiva de definição dos produtos locais e na qual todas as outras se fundem. Como a realocação visa a recuperação do controle sobre a economia local por parte das comunidades, este processo teria um fraco avanço caso os produtos locais, definidos nas três dimensões anteriores, fossem comercializados por corporações multinacionais e não por empreendimentos de posse local (EPL) (Shuman, 2006; Hines, 2000; Norberg-Hodge, 2001). A seguir estabelecemos as características de tais empreendimentos.

POSSE

Esta dimensão da realocação diz respeito ao modo como as atividades econômicas são ancoradas na comunidade. A questão central é a “posse”, sendo que os empreendimentos de posse local (EPL) são aqueles nos quais o proprietário é também membro da comunidade e possui total autonomia de decisão local com relação às práticas de seu negócio; englobando: pequenas e médias empresas com fins lucrativos; trabalhadores autônomos; cooperativas de produção ou de consumo; empresas públicas;

empresas mistas; organizações sem fins lucrativos e novas estruturas como os empreendimentos sociais¹³ (Shuman, 1998; Hines, 2000).

A definição do que venha a ser um EPL pode gerar dúvidas tais como: uma franquia na localidade x é um EPL? E uma agência de seguros nacional com um escritório no município y? As seguintes características orientam tal definição: (i) mais de 50% dos donos do empreendimento residem no mesmo município ou estado; (ii) o negócio é registrado em um único estado, sem sede nacional ou internacional; (iii) a empresa tem total autonomia nas decisões sobre o nome e a aparência do negócio, bem como sobre todas as suas compras, práticas e formas de distribuição; (iv) o negócio paga, a partir de renda própria, todas as suas despesas sem a assistência de uma sede (Shuman, 2006). Todos esses detalhes são a essência da definição de um EPL, pois “se uma franquia de sanduíches Subway é tecnicamente de posse de apenas um indivíduo morador, mas é largamente controlada pela cadeia nacional, não pode ser considerada um EPL” (Shuman, 2006, p. 42, tradução própria).

CONSUMO

A realocização perpassa pela produção e distribuição de bens e serviços locais por empreendimentos de posse local (EPL). Logo, levantamos a seguinte questão: Quais são os benefícios em favorecer EPL no consumo local? As dez principais razões para favorecer EPL no consumo local são sumarizadas pelo Institute for Local Self Reliance (ILSR) em: (i) identidade local e prosperidade: as comunidades que combinam a diversidade socioeconômica e ambiental, e valorizam a autenticidade de seus centros comerciais detêm uma vantagem econômica; (ii) resiliência comunitária: EPL fomentam comunidades resilientes e sustentam centros comerciais dinâmicos ao conectar os moradores numa teia

¹³ O empreendedorismo social é um fenômeno de debate muito recente no âmbito das ciências sociais e muitos autores já têm enfatizado a complexa indefinição conceitual em que gravita o termo. Neste estudo entendemos o empreendedorismo a partir da visão de Gregory Dees, pertencente à corrente acadêmica mais focada no indivíduo e na inovação social. Os empreendedores sociais se diferenciam, portanto, do empreendedorismo tradicional por desempenharem um papel de agentes na mudança social, tendo por principais características: (i) a adoção de uma missão capaz de criar e sustentar valor social e não apenas valor privado; (ii) estar sempre em busca de novas oportunidades para servir essa missão; (iii) fomentar um processo de inovação contínua a partir da experimentação, adaptação e aprendizagem; (iv) agir com ousadia sem limitar-se pelos recursos disponíveis; e v) demonstrar responsabilidade pelo público alvo e pelos resultados de sua ação (Dees, 1998).

de relações socioeconômicas; (iii) controle local na tomada das decisões: a posse local dos empreendimentos contribui para que importantes decisões sejam tomadas localmente, ou seja, por pessoas que vivem na comunidade e que vão sentir diretamente os impactos dessas decisões; (iv) maior parcela de dinheiro retida na economia local: o consumo em EPL contribui para que uma maior parcela do dinheiro circule e se recicle na economia local a partir do efeito multiplicador, “enriquecendo” a comunidade como um todo; (v) mais empregos e melhores salários: EPL criam mais empregos para moradores locais e, em alguns setores, fornecem melhores salários e benefícios do que as grandes cadeias de lojas; (vi) promoção do empreendedorismo: a saída empreendedora representa muitos empregos para a classe média, é um meio pelo o qual muitos indivíduos/famílias deixam empregos de baixos salários e gera inovação em vários setores; (vii) menores gastos públicos: pequenos centros comerciais nas áreas urbanas exigem relativamente pouca infraestrutura e, neste sentido, promovem um uso mais eficiente dos gastos públicos em comparação às grandes cadeias de lojas e shopping centers; (viii) sustentabilidade ambiental: EPL contribuem para uma economia de baixo carbono, são canais para a venda de produtos frescos e orgânicos e permitem um maior controle sobre os impactos ambientais; (ix) competitividade e inovação: um mercado de centenas de pequenas empresas é a melhor maneira para garantir a inovação e preços competitivos a longo prazo; (x) diversidade de bens e produtos: uma economia que favorece o atendimento das necessidades locais é capaz de criar redes entre produtores, fornecedores e comerciantes com o objetivo de sempre diversificar os bens e serviços locais (ILSR, 2010).

FINANCEIRA

Com o eclodir da crise financeira em 2008, o sistema financeiro tornou-se foco de inúmeras análises e questionamentos sobre sua estrutura, escala e objetivos. Em virtude da financeirização da economia e do intenso fluxo global de capitais e investimentos, o processo de realocação nesta dimensão é considerado o mais desafiante e complexo, no entanto, determinante de seu sucesso como um todo (Hines, 2000; Shuman, 2006). Tal processo nesta dimensão remete a tentativa de enraizar o capital e o investimento através de uma visão alternativa do sistema financeiro e por meio de novos conceitos tais como

community banks, local stock markets e crowdfunding. É preciso alargar o objetivo social da dimensão financeira na economia e neste sentido, a realocação econômica nesta dimensão é um chamado ao reconhecimento da necessidade de controlar o capital e viabilizar meios nos quais o investimento contribua para o fomento de economias locais diversificadas e resilientes, ao invés de representar uma ferramenta de especulação, lucro improdutivo e concentração de renda.

Diante de tal complexidade, realizamos um esforço de sistematizar as informações e explicitar o objetivo, a justificativa e os meios de fomento da realocação nesta dimensão. Três objetivos foram identificados: (i) diminuir a concentração de capital nas grandes instituições financeiras; (ii) estimular o crédito para pequenas empresas; e (iii) recuperar a relação entre a dimensão financeira e a dimensão produtiva. Apresentamos a seguir as justificativas e os meios apontados para o fomento de tal processo. Diante disso, os meios de fomento da realocação em sua dimensão financeira perpassam, principalmente, por dois processos: (i) promover o fortalecimento e favorecimento de instituições financeiras de posse local (IFPL); e (ii) possibilitar meios pelos os quais os empreendimentos de posse local (EPL) possam levantar capital em mercados locais de ações (local stock markets) virtuais e intra-estaduais (Hines, 2000; Mitchell, 2010; NEF, 2011; Shuman, 2006).

Acerca do primeiro processo, é preciso definir as IFPL. Segundo Mitchell (2010), as IFPL são representadas por cooperativas de crédito, bancos locais e Community Development Financial Institutions (CDFIs). De acordo com a NEF (2011), as IFPL devem possuir algumas das seguintes características: (i) ser de posse pública ou mista; (ii) operar numa área geográfica específica; (iii) ter objetivos sociais bem definidos como o acesso universal aos serviços bancários; e (iv) operar a partir de sistemas de tomada de decisão local sobre empréstimos e outros produtos financeiros.

O segundo processo é capaz de transformar radicalmente o contexto de capital e investimento para as pequenas empresas e instituições sem fins lucrativos (Shuman, 2006). Como resultado de uma longa luta pela viabilização desta prática nos Estados Unidos, foi promulgada, em 2012, a lei Jumpstart Our Business Startups (JOBS), possibilitando um acesso sem precedentes de capital às pequenas empresas e pequenos investidores. Com a lei é autorizado um modelo de crowdfunding até então ilegal. Crowdfunding (crowd = multidão, funding = financiamento) significa levantar capital por meio de pequenos investimentos monetários de um grande número de investidores.

Existem, basicamente, três modelos de crowdfunding: (i) o modelo de doação, no qual não há retorno financeiro; (ii) o modelo de recompensa, onde o investidor recebe uma recompensa tangível ou intangível pelo ato; e (iii) o modelo de equidade, quando o investidor recebe um percentual dos lucros da empresa na qual está investindo. O último modelo foi legalizado pela lei JOBS, constituindo um marco histórico no cenário financeiro das pequenas empresas e pequenos investidores (BALLE, 2012). Tal processo de realocização na dimensão financeira, mesmo que incipiente, já é realidade nos Estados Unidos. Encontramos websites como o BankLocal¹⁴, onde é possível encontrar bancos locais e comunitários que investem na sua comunidade a partir do nome da cidade e estado. No entanto, é uma etapa já avançada do processo de realocização econômica.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Os teóricos da tese da realocização econômica advertem que sem mudanças em políticas públicas pouco se avançará em tal processo. A literatura apresenta um consenso de que embora a proposta tenha uma posição contra-hegemônica perante a globalização neoliberal, é fundamental estabelecer relações com os governos locais, estar aberto ao diálogo, construir parcerias, propor mudanças legislativas e buscar financiamento. Hines (2000) defende mudanças mais a nível nacional e internacional, tais como: (i) o setor industrial deve ser realocizado a partir de uma política *site-here-to-sell-here*; (ii) diante dos desastrosos efeitos da desregulamentação no setor financeiro, parte do capital financeiro precisa ser enraizado nas localidades a fim de financiar a reconstrução de economias locais diversas e sustentáveis. Estas medidas incluem controle no fluxo de capitais, taxações nas especulações, e reconfiguração e fortalecimento de instituições financeiras de posse local (IFPL); (iii) com o objetivo de financiar a transição para a realocização e recuperar o meio ambiente, os impostos devem incidir, principal e crescentemente, sobre o uso de energias não renováveis e atividades poluidoras.

Shuman (2006), por sua vez, propõe mudanças mais ao nível local e regional, entre as quais, ressaltamos: (i) pesquisas que estabeleçam indicadores da qualidade da vida local – econômica, social e ambiental – permitindo uma melhor accountability das políticas de desenvolvimento, analisem em profundidade os subsídios oferecidos pelos governos locais

¹⁴ Disponível em <<http://banklocal.info/>>. Acesso em 10/05/2016.

nos últimos 10 anos, e avaliem a performance dos empreendimentos econômicos na região a partir da criação de um selo especial de qualidade; (ii) disponibilização de programas de capacitação em empreendedorismo em escolas públicas, universidades e associações comunitárias; (iii) criação de um diretório dos empreendimentos de posse local (EPL) capaz de orientar os consumidores. Combinar este diretório com outros de cidades do entorno e criar, conjuntamente, um diretório regional; (iv) fornecimento de 5 a 10% de vantagem para os EPL nas licitações públicas; (v) revisão do zoneamento nas cidades para permitir a diversificação de usos, com destaque para a agricultura urbana, e dificultar o agrupamento de grandes cadeias de lojas. Tais autores enfatizam que estas mudanças em políticas públicas não remetem a antigos protecionismos, nos quais nações em posição de maior poder protegem certas esferas de seus mercados enquanto esperam que outros países aumentem sua abertura comercial.

ARTIVISMO URBANO ECOPOÉTICO

Desde 2016, vimos paulatinamente buscando implementar, no contexto do GTRANS - Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Artes, Culturas e Sustentabilidade, especificamente no ECOLAB - Laboratório de Ecopoéticas; Núcleos de Relocalização Artística e Econômica Sustentável nas localidades em que os integrantes do GTRANS, e seus parceiros, atuam, com o intuito de promover uma cultura resiliente e sustentável de relocalização e, neste contexto, adicionamos a dimensão artística ao conceito. Esta junção se deu porque partimos do princípio que a relocalização se insere no contexto da Agenda 21 e com base nesse ponto de vista, vimos trabalhando tendo por referência Siqueira (2010) que propõe que arte precisa se articular no sentido de criar fascínio e tornar atrativo o discurso sustentável através do despertar dos sentidos, utilizando-se da dimensão simbólica e da categoria beleza, implicando, conforme proposto pelo Manifesto de Tutzing, aqueles que possuem a capacidade de dar vida a ideias, visões e experiências existenciais através de símbolos, ritos e práticas que podem ser transmitidas à sociedade, o que implica que os artistas, e a arte, portanto, envolvem-se com a questão da sustentabilidade.

Como se pode perceber, trata-se de uma arte ativista e, neste sentido vimos desenvolvendo um projeto de inovação tecnológica de empreendimento de processos de

desenvolvimento artístico, econômico e sociocomunitário de caráter local (glocal) tendo por base os pressupostos conceituais do ECOLAB e suas práticas extensionista e de pesquisa advindas de ações comunitárias em quilombos e bairros periféricos da cidade de São João del-Rei, Nazareno e região. A ação artista deste projeto segue as propostas de performatividade e evento feitas por Féral (2008), Fischer-Lichte (2008) articulados com os conceitos de cartografia, dispositivo, pesquisa somática e análise institucional e ao mesmo tempo transdisciplinar; complexo e sistêmico, em especial, baseado na teoria dos sistemas funcionais de Niklas Luhman: arte é tudo aquilo que eu digo que é arte, e o outro concorda. A soma destes elementos, conformam o eixo das pesquisas e práticas do Laboratório, as quais passamos a denominar “pesquisa cartográfico-somática-performativa-ecopoética”, de caráter intrinsecamente artista, cuja intervenção se dá a partir da prática da análise institucional por parte do integrante do ECOLAB. Essa prática está vinculada ao conceito de Eco-poética um neologismo criado por Adilson Siqueira em 2009¹⁵ e é

a versão artístico-estética de *ecopoiesis*, neologismo que foi criado (1990) pelo geneticista e biofísico canadense Robert Haynes a partir do grego, *οικος*, casa, e *ποιησις*, a produção. *Ecopoiesis* refere-se à origem, à produção de um ecossistema. No contexto da exploração espacial, Haynes descreve *ecopoiesis* como a "fabricação de um ecossistema sustentável em um planeta sem vida, estéril". *Ecopoiesis* é um tipo de engenharia planetária e é uma das primeiras etapas da terraformação. Esta fase primária de criação de ecossistema é geralmente restrita à semeadura inicial de vida microbiana.

Dessa maneira, *ecopoética* está intrinsecamente relacionada a essa ideia enquanto a proposição de uma poética do fazer artístico que esteja inteiramente relacionada com a criação de um mundo sustentável mental, ecológica e socialmente, conforme proposto por Felix Guattari (2001). Em resumo, *ecopoética* refere-se ao como fazer, ao processo que se utiliza para realizar uma obra artística, no contexto deste texto, vinculado aos aspectos da realocação conforme anteriormente expostos, em todas as suas fases de produção e em todas as suas temáticas (os conflitos éticos, emocionais, profissionais, psicológicos e legais) de modo que a obra resultante seja fruto da interrelação e um posicionamento artista do atuante, com seu meio e com o público, seja ele espectador ou o objeto, da obra. Com base neste ponto de vista, podemos considerar que a *ecopoética* está relacionada com o lugar

¹⁵ Cf. SIQUEIRA, 2010

onde se vive e se atua, realizando-se no dia-a-dia, no entrelaçar da vida em todos os seus aspectos. Seja no trabalho, na escola, nas relações com a comunidade, com a terra, na expressão da sensibilidade ou nas relações econômicas e no desenvolvendo de tecnologias... Em todos estes casos, o fato é que estamos modificando, dando outras formas, recriando, realizando a poética do viver e sendo, portanto modificados e reconstruídos, num processo constante e dialético

Neste contexto a dimensão artista da Eco-poética refere-se a uma arte coletiva, socialmente engajada no que se refere aos seus modos de experimentação estética e expressão política que assume contornos diversos no contexto urbano. Como pode-se depreender deste passado e como o próprio nome diz, trata-se de uma arte que está diretamente vinculada ao ativismo político o qual, de acordo com Jordan (2002, p.12) contém em si uma característica de transgressão que envolve ação que busca uma mudança na ordem situacionista, promovendo "um ataque à reprodução das normas sociais, crenças, desigualdades e opressões", tanto do ponto de vista simbólico quanto da participação política mais ou menos radical. Dessa maneira a prática artista é tratada como movimento de resistência cultural que assume feitos que vão além do que se poderia realizar no contexto puramente artístico e econômico. Isso ocorre porque, conforme Vieira (2007) quando ocorre a colaboração inter e transdisciplinar da arte com o ativismo, tem-se um "alargamento maleável" do segundo, o que propicia a articulação de outras práticas que acabam por contribuir para o objetivo comum que consiste de certa forma, na resistência cultural.

É neste contexto de "alargamento maleável" que se utiliza o conceito de ativismo: como fruto da colaboração transdisciplinar entre ativismo, arte (cênica e performática), ecologia e sustentabilidade, resumido no neologismo Eco-poética. Neste sentido ativismo é considerado como sendo criações estéticas para ações políticas e sociais, como produção artística que se origina do desejo de provocar ou explicitar uma causa, independente da sua natureza através de ações sociais e políticas que se valem de estratégias artísticas, estéticas e/ou simbólicas.

Trata-se portanto de atividade artística não como ato estético-formal, mas como intervenção na sociedade de modo a criar - em consonância com o que está por trás do neologismo eco-poética - um novo ambiente, novas formas de relações sociais e econômicas, um novo *ethos* social e individual - que resulte num indivíduo e numa

sociedade comunitariamente resiliente e auto-organizada, o que é realizado através da intervenção realizada de maneira estética nos assim denominados Espaços de Possibilidades que são aqueles criados por um grupo de pessoas no qual os valores e práticas cotidianas dos membros conferem forma e significado às suas aspirações de criar um espaço que não só critica as formas existentes de trabalho, relações sociais, ambientais, interespecies, mas que também coloca em prática outras possibilidades que dão ênfase às relações recíprocas e priorizam a ação coletiva, o igualitarismo e a autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realocação econômica não deve ser, portanto, comparada a um retorno ao passado pré-globalizado e não tem por objetivo eliminar o comércio mundial, isolar territórios ou mesmo buscar a autossuficiência. Segundo os autores da tese da realocação, sustentabilidade socioeconômica, cultural e ambiental pode ser alcançada, no século XXI, através de processos que gerem a diversificação e fortalecimento de economias locais. Os meios identificados na literatura que permitem a concretização de tal objetivo são: (i) gerar trabalho e renda a partir da diversificação de bens e serviços produzidos na escala local; (ii) favorecer EPL para que maior parte do dinheiro permaneça e se recicle na localidade, diminuindo o poder das corporações e distribuindo renda; (iii) responder à mudança climática e ao pico do petróleo a partir da combinação do uso intensivo de energias renováveis e fomento de uma economia de baixo carbono, na qual a proximidade entre produtores e consumidores é capaz de diminuir transportes de longa distância e as consequentes emissões de carbono; (iv) combater a perda da diversidade ambiental e cultural através de economias locais que combinem a diversidade dos ecossistemas e seus recursos com a diversidade cultural e de saberes; (v) superar o uso irracional dos recursos e a degradação ambiental ao estimular empreendimentos que não sejam dependentes do atual modelo de produção regido pela obsolescência e produção e consumo de massa; (vi) estimular a criação e favorecer IFPL para que investimentos financeiros se traduzam em financiamento de EPL e diversificação das economias locais (Hines, 2000; Norberg-Hodge, 2001; North, 2010; Shuman, 2010; Hopkins, 2010) e, (vii) promover a interação comunitária entre artistas e cidadãos de modo a despertar práticas artísticas e estéticas de caráter ativista (ativista).

REFERÊNCIAS

BAREMBLIT, Gregorio F. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática, 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2), 2002.

DOUTHWAITE, Richard. Short Circuit: Strengthening Local Economies for Security in an Unstable World. Irlanda: The Lilliput Press, 1996.

GARROCHO, Luiz Carlos. A cena nos espaços encontrados. IV Congresso de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas, 2010. Disponível em: <<http://www.portalabrace.org/vicongresso/territorios/Luiz%20Carlos%20Garrocho-%20A%20cena%20nos%20espa%20s%20encontrados.pdf>> Acesso em: 12/06/2017.

FERNANDES, Ciane. Pesquisa Somático-Performativa. ARJ | Brasil | Vol. 1/2 | p.76-95 | Jul./Dez. 2014

FÉRAL, Josette. Por uma poética da performatividade: o teatro performativo. Sala Preta, Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Eca/USP, São Paulo, n. 08,

2008, p.197-210.

FISCHER-LICHTE, Érika. The transformative power of performance – a new aesthetics. 2009 Londres e Nova York: Routledge, 2008.

GUATTARI, F. As três ecologias. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt, 20 ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

HINES, Colin. Localization: A global manifesto. Londres: Earthscan, 2000.

HOPKINS, Rob. The Transition Handbook: from oil dependency to local resilience. Totnes, Inglaterra: Green Books, 2008.

HOPKINS, Rob. Localisation and resilience at the local level: the case of Transition Town Totnes (Devon, UK). Tese de Doutorado. School of Geography, Earth and Environmental Science, Faculty of Science and Technology, University of Plymouth, 2010.

ISEC. Ripe for Change: Rethinking California's Food Economy. Berkeley, 2004.

JORDAN, Tim. Activism¹ Direct action, kactivism and the future of society. Londres: Reaktion Books, 2002.

KASTRUP, Virgínia (orgs) Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade, Porto Alegre, Sulina, 2010.

NORBERG-HODGE, Helena. Bringing the local Economy Home: Local Alternatives to Global Agribusiness. Londres: Zed Books, 2002.

_____. Shifting Direction: From Global Dependence to Local Interdependence. In: Goldsmith, Edward e Mander, Jerry. The Case Against Global Economy & For a Turn Towards Localization. Londres: Earthscan, 2001.

NORTH, Peter. Eco-localisation as a progressive response to peak oil and climate change: a sympathetic critique. *Geoforum*, v. 41, n. 4, 2010, pp. 585-594.

RIBEIRO, Camila de Freitas e **SIQUEIRA**, Adilson. A realização da performance comunitária eco-poética a partir da comunidade do Araçá. Relatório de Iniciação Científica. PIIC, Edital N 002/2012/PROPE-UFSJ, 2013.

SCHECHNER, Richard. 2006. "What's performance?", em *Performance studies: an introduction*, second edition. New York & London: Routledge, p. 28-51.

SHUMAN, Michael. *Going Local: Creating Self-reliant Communities in a Global Age*. Nova York: The Free Press, 1998.

_____. *The Small Mart Revolution: How Local Businesses Are Beating the Global Competition*. São Francisco, EUA: Berrett-Koehler Publishers, 2006.

SIQUEIRA, Adilson. Arte e sustentabilidade: argumentos para a pesquisa eco-poética da cena. In *Revista Moringa*. João Pessoa, Vol. 1, n. 1, 87-99, janeiro de 2010;

VIEIRA, Teresa. *Artivismo: estratégias artísticas contemporâneas de resistência cultural*. Porto Alegre, 2007.